



EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO: REFLEXÕES SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO ESCOLAR FRENTE AO CAPITALISMO

Carlos Diogo Mendonça da Silva ¹

Sônia Maria Soares de Oliveira ²

RESUMO

O presente trabalho de cunho teórico e crítico busca tecer subsídios para as discussões das transformações sociais do capitalismo, trabalho e da educação, buscando-se refletir, de modo mais específico, sobre a educação diante do neoliberalismo, em atenção para os impactos deste nas na escola e nos processos educativos. Trata-se de um trabalho com metodologia de abordagem qualitativa guiado pela análise bibliográfica. De acordo com os resultados obtidos, compreende-se que a educação na perspectiva neoliberal busca se organizar a partir das necessidades, deveres e coações do trabalho produtivo, demarcando, contudo, que a escola é articulada e pensada para atender as demandas fundamentalmente atravessadas pelo capital. Como decorrência dessa complexa artimanha econômica, adverte-se quanto aos perigos dessa lógica de mercado, impossibilitando professores, alunos e gestores elaborarem uma discussão crítica que torna a escola um lugar de desigualdades, exclusão e naturalização da exploração do trabalho.

Palavras-chave: Educação; Neoliberalismo; Capitalismo.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca fazer uma análise dos impactos da reestruturação socioeconômica na educação diante da globalização e da própria expansão do Capitalismo a partir de meados do século XX. Desse modo, inicialmente trazemos as basilares mudanças ocorridas desde 1970 e a importância da educação frente aos princípios neoliberais, nova ordem de governamentalidade social.

¹ Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Graduação em Filosofia – Licenciatura – UFC. Graduando em História pelo Centro Universitário Estácio do Ceará – ESTÁCIO-FIC, diomendonca@gmail.com.

² Mestrado em Educação Brasileira pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, soniasoares_bb@hotmail.com.



Em seguida, trazemos a conotação dada à educação enquanto meio básico para atingir a eficácia econômica e como as escolas tornaram-se empresas particularizadas em fomentar fluxos voltados a toda uma lógica econômica.

Dessa forma, busca-se analisar a introdução desse modelo de educação enquanto fator de aumento da produtividade do trabalho, volvida para uma questão mercadológica com prejuízo para a formação humana em seu sentido mais amplo, colocando em questionamento o próprio modelo de escola que esse modelo tem produzido nos últimos anos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A problemática da globalização trouxe grandes mudanças nos últimos cinquenta anos, causando mudanças na prática social e no trabalho que são relevantes para a nova ordem social, assinalada pela alta competitividade, consumo, circulação de bens e mercadorias, assim como a reestruturação do modo de produção ocasionando intensos reflexos na educação.

Desse modo, com o alargamento industrial, a dinâmica tecnológica e as inovações nos modelos de industrialização e lucro, a educação foi gradativamente contraindo importância na sociedade brasileira, alcançando a diferentes segmentos e alocando-se enquanto questão central do país, colocando-a no cerne das discussões enquanto a tarefa de dar respostas às novas demandas do capital e promovendo reformas que possibilitem a adequação a tais questões.

Com efeito, as discussões e debates no modo conceber a educação é um desafio diário, tendo em vista as capturas do mercado e das novas tecnologias, assim como das novas percepções de trabalho e as relações produção que produzem diversas demandas e sentidos ao âmbito escolar.

De acordo com Maués (2003), expressivas mudanças ocorridas a partir de 1970 fomentaram toda uma crise global nos mais diversos setores, desse modo, a educação não ficou de fora e também adentrou nesse processo de transformação chamado globalização. Tal questão influenciou significativamente as políticas públicas futuras, das quais, inclusive, necessitavam atender a novas demandas da economia global, política e cultural, uma vez que tais aspectos dessa reestruturação econômica possibilitou a implantação de políticas neoliberais em muitas nações. A transição imposta por esse processo carecia de uma maior eficácia e produtividade do trabalhador, desse modo, emerge a necessidade de formar trabalhadores para atender as exigências do Capital. Uma nova ordem que passou a agenciar os corpos em sociedade: competição, rentabilidade, privatização e lucratividade.



Desse modo, o alicerce basilar para atingir a eficácia econômica será educação em prol do empreendedorismo. O objetivo seria atrelar empresa à escola. Para Gentili (1997), o foco deslocou-se da questão da democratização para a questão da qualidade, que se tornou em um componente significativo, não apenas na questão empresarial, mas também educacional, enquanto critério mercantil. O autor discorre que a qualidade passou a ser tomada enquanto estratégia competitiva, ou seja, busca eufórica pela eficácia buscava um tipo de ajustamento ao mercado em constante mutação produtiva, marcada pelo latente desenvolvimento tecnológico, de novos materiais, da engenharia da produção e de novas formas de empreendedorismo.

Do mesmo modo, Gentili (1997) adverte também que é impossível idealizar a qualidade, a produtividade e a rentabilidade enquanto algo isolado, uma afirma e preenche a outra, bem como é impossível separar qualidade do que é mensurável e quantificável. O que se compreende, no entanto, é a busca em aplicar noções empresariais de controle de qualidade no campo educacional, nesse sentido, a escola é atravessada pelo discurso dominante e hegemônico neoliberal, tornando-se um modo de difusão das suas bases doutrinárias e, então, a educação passa a ter uma compreensão funcionalista, ou seja, a noção de uma escola que seja atravessada pela lógica mercado de trabalho, assim como do ideal neoliberal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A discursividade com a noção integral do homem é, então, encoberto pela noção de que existe um modo de comprovar a importância do desempenho educacional para o crescimento econômico e, dessa maneira, a educação se torna mercadoria. Nessa perspectiva, Santos (1997) afirma que foi sob a influência do taylorismo e do impulso que essa conjectura teve no mundo empresarial pressionando escolas a buscarem a mesma eficiência que foi alcançada no setor industrial.

De modo geral, era importante valer-se do campo educacional para que procedimentos fossem postulados na área empresarial, com efeito, diante da busca pela eficiência social que a educação teve que se organizar. Nessa caminhada, a própria questão curricular careceria ser organizada na lógica da linha de montagem das indústrias, ou seja, a noção central era que os discentes assumissem as funções do mundo adulto, assim, dessa maneira os sujeitos formados



pela escola eram tidos como úteis do ponto de vista econômico e para o desenvolvimento do mercado em expansão. A escola seria importante para a criação de toda uma mão-de-obra necessária para o avanço do Capital.

Para Oliveira e Ranzi (2003), o empenho de alguns setores do poder estatal agrupado a grupos econômicos, principiaram a construir análises que apontavam para os aspectos sociais mais amplos voltados para o cotidiano da vida escolar.

A escola, por conseguinte, passa a sofrer críticas e responsabilização pelo fracasso, justificada por Bourdieu (1992) através da noção de “dons desiguais”, onde a escola compete a função de representação e de legitimação das desigualdades. Do mesmo modo, a formação docente igualmente é questionada e passa a ser tomada apenas no campo teórico, sendo que a prática ficou desarticulada diante das demandas da sociedade. Com isso há toda uma necessidade de fomentar conjecturas de reformas no setor educacional, até mesmo, a noção de uma formação contínua e o aperfeiçoamento profissional como partes dessa reforma. De acordo com Maués (2003), tais reformas implementadas na educação receberam todo um caráter internacional e isso se compreende como uma forma de globalizar também esse setor de interesse.

É necessário compreender que com a introjeção de todas essas questões no campo educacional, o professor passa a ser valorizado pelo seu saber prático, ou seja, aquele tipo de conhecimento que pode deliberar problemáticas do cotidiano. Segundo Tardif, Lessard e Lahaye (1991), o saber docente é mesclado pelo saber da formação profissional, pelo saber pedagógico, pelo saber de conteúdo, pelo saber curricular e pelo saber da experiência. Desse modo, compreendendo que o saber docente é combinado por esta conjuntura de saberes e, ainda, se é valorizado apenas o saber da experiência, logo, o saber que o professor traz também deve ser dividido e segmentado na reforma educacional.

Do mesmo modo, Tardif, Lessard e Lahaye (1991) asseguram que o saber docente é plural e estratégico, porém desvalorizado. Tal precarização vem assegurar que a formação do licenciado deve seguir a lógica do “saber fazer” por meio da conhecida “Pedagogia das Competências”, que de acordo com Maués (2003), a principal característica dessa pedagogia é o de alinhar a escola ao mercado de modo direto. O professor deve aprender a inserir o discurso neoliberal em sua prática, principalmente no processo de aprendizagem. Dessa forma, a partir do contexto neoliberal, Tardif, Lessard e Lahaye (1991) discorrem que a função do docente não é formar indivíduos de modo crítico, mas em equipá-los, considerando a concorrência implacável que rege o mundo do trabalho.



Sobre essa questão da formação para o trabalho, Almeida (2002) alega que à medida que a escola se torna um lugar de produção do capital, produz um tipo de aluno com maior número de informações em seus espaços. Percebe-se, no entanto, que independente da classe social dos alunos o que é tomado como valor são as competências que o aluno carrega consigo e como o mercado pode aproveitar desse conhecimento para a expansão dos lucros.

No que diz respeito às desigualdades da educação, Bourdieu (2007) discorre que um jovem da elite tem oitenta vezes mais chances de entrar na Universidade que o filho de um assalariado e quarenta vezes mais que um filho de operário. Desse modo, o autor reflete, ainda, que mesmo que quando os filhos das classes mais desfavorecidas conseguem adentrar no ensino superior, certamente é porque tais famílias diferem da média em vários aspectos, como por exemplo, pelo seu nível cultural. Desse modo, o que prevalece em uma classe social mais baixa, as chances de obter êxito dependem do “nível do meio familiar”, ou seja, trata-se de um indicador que permite situar o nível cultural de cada família. O grande abismo social entre crianças das classes baixa e alta, é que essas últimas herdaram saberes e gostos, dois quais evidenciarão no rendimento escolar que, seguramente, será maior que uma pessoa de classe baixa. Tal processo, Bourdieu (2007) atribui aos dons. O autor demonstra que é através da herança cultural e do nível cultural familiar que se transmite de maneira natural, a compreensão e o manejo da língua escolar. O autor ainda argumenta que a classe burguesa acaba aderindo aos valores escolares, pois estes lhes oferecem chances para fazer da educação algo que aumente os seus lucros.

Dessa forma, é possível afirmar que até mesmo as famílias passam a incorporar a lógica neoliberal de modo que compreendem que é importante uma educação que prepara para o imperativo do mercado de trabalho, visto que se passa a esperar tudo da escola, especialmente, no que diz respeito às aspirações de posição social e enfrentamento do mundo do trabalho. Além disso, a cultura da classe burguesa é próxima da escolarização por deterem historicamente todo o capital cultural. A escola passa a ser um marco preparatório para a formação do sujeito empreendedor. Espera-se que este sujeito durante os anos de sua formação passe a incorporar toda uma postura esperada para o mundo do trabalho.

Desse modo, as escolas na medida em que buscam promover a igualdade, na verdade, acabam fomentando as desigualdades, pois colocar os sujeitos diferentes de modo igualitário, não se consegue um efeito uniforme, isso porque, de acordo com André e Passos (1997) cada sujeito ao adentrar na escola, traz consigo um capital cultural, uma bagagem de saberes e aprendizado que a diverge das demais. Com efeito, a questão do capitalismo, assim como das reformas



econômicas, sociais e políticas que implicam em questões problemáticas da educação, que causa, inclusive, reformas nesse campo permitindo alargar o poder da iniciativa privada.

O que se percebe é um desejo voltada para a lógica do mercado e, com efeito, diversas consequências, tais como: fracasso escolar, diferença cultural e busca da ascensão social, tentativa de ocupar espaço de status na sociedade atingindo essas colocações sendo necessário um instrumento: a Educação. Na busca por suprir cada vez mais esse abstruso jogo econômico, a escola passa a ocupar e ensinar aquilo que terá utilidade garantida, inculcando saberes associados à noção de “progresso”, onde o conhecimento legítimo é fundado e validado na experiência.

É facilmente verificável no cerne da escola os efeitos destrutivos do capitalismo, que a todo custo precariza os sujeitos, separando em classes, fomentando com que muitos percam seus trabalhos ou nem tenham chance de conseguir um emprego diante da destruição das leis trabalhistas. Em vários lugares do mundo é cada vez mais comum situações perversas de necessidades e até fome, enquanto as pessoas passam pelos bancos escolares sem nenhum tipo de formação crítica e humana (SANTOS, 1997). Os alunos nesse tipo de modelo educacional passam a serem inimigos uns dos outros pela lógica da competição em um sistema perverso que não garantirá a sua ascensão social.

Boneti (2015) compreende que o ideário neoliberal agenda acima de tudo a questão das liberdades individuais com a diminuição da função do Estado. Sob essa premissa, o indivíduo deixa de ser um elemento social sob a proteção do Estado e passa a ser responsável por suas competências e encargos próprios. De acordo com Boneti (2015), o ser cidadão não remeteria mais ao ter direitos, mas ser possuidor de toda uma conjuntura de capital que o torna cidadão, sendo responsabilidade apenas sua por seu sucesso ou fracasso. De modo a escola passa a ser reprodutora de todo um modelo de meritocracia e individualismo que são reflexos da sociedade neoliberal. Temáticas sobre coletividade, direitos, seguridade social e afetividade são descartados do espaço escolar para dar lugar ao discurso empreendedor.



CONCLUSÃO

Diante das discussões e reflexões que percorremos ao longo desse trabalho, vale ressaltar que de maneira geral a escola é o espaço primordial para a aquisição de saberes que fomentam o desenvolvimento das habilidades necessárias para a inclusão na vida social e produtiva. Desse modo, a educação empreendedora fundada pela lógica liberal está atrelada em conceitos e noções que geralmente são alienantes, que desenvolvem suas competências de acordo a lógica do capital, fomentando todo um comportamento em prol do produtivismo.

A aprendizagem que os alunos precisam conquistar nas escolas, de acordo com a lógica neoliberal, precisa estar vinculada com o pragmatismo das competências e habilidades para ser um sujeito produtivo. Dessa forma, observa-se a fragilidade teórica diante dos resultados práticos, que reproduzem toda uma lógica de dominação que sustenta as desigualdades.

O discurso da formação de qualidade do indivíduo é endossado por uma lógica econômica, esta, por último, fomenta conteúdos que, entretanto, de acordo com Gentili (1997), promovem pouca reflexão e criticidade. É necessário edificar um novo sentido para a qualidade da educação enquanto direito inalienável que atravessa a noção de justiça social e cidadania, sem caráter mercantilizado. Seguramente isso é uma tarefa árdua para a educação, pois as políticas neoliberais são práticas cotidianas que impactam diretamente no fazer docente.



5 – REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli & PASSOS, Laurizete. Para além do fracasso escolar: uma redefinição das práticas avaliativas. In J. G. Aquino (Org.), **Erro e Fracasso na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas**. São Paulo: Summus, p. 111-123. 1997.

ALMEIDA, Ana Maria F. Um colégio para a elite paulista. Em ALMEIDA, A. M. e NOGUEIRA, M. A. (orgs.). **A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BORDIEU, Pierre. **A Reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

_____. **A Escola conservadora**: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: _____. Escritos de educação. Organizadores Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 41-64, 2007.

BONETI, L. W. **A cidadania outorgada**: políticas educacionais e de acesso aos bens e saberes socialmente construídos no contexto do ideário neoliberal. In: _____, ALMEIDA, M. L. P.;

GENTILLI, P. O. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional, In GENTILLI, O; SILVA, T. T. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. Reformas internacionais da educação e formação de professores. **Cad. Pesqui**, n.118, p. 89-118. 2003.

MORAES, M.C.M. Recuo da teoria: dilemas da pesquisa em educação. **Revista Portuguesa de Educação**, Lisboa, v. 14, n. 1, p. 7-25, 2001.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de; RANZI, Serlei Maria Fischer. **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

SANTOS, Lucíola Licínio de C. P. **Tendências e perspectivas no campo do currículo**. Espaço: informativo técnico-científico do INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), Rio de Janeiro, n.8, p. 23-30, 1997.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude; LAHAYE, Louise. Os professores face ao saber – esboço de uma problemática do saber docente. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, 1991